

SUMÁRIO

1. Utilização do sistema	5
2. Inclusão do Aviso de Licitação	5
3. Fluxo de trabalho do Pregão Eletrônico	7
4. Menu do Pregão Eletrônico	7
5. Vincular Equipe do Pregão	8
6. Incluir Impugnações / Esclarecimentos / Avisos	10
7. Sessão Pública do Pregão	11
7.1 Operar	12
7.2 Visualizar Propostas / Declarações	16
7.3 Consultar declarações ME / EPP / Cooperativa por Pregão	17
7.4 Suspender Pregão	17
7.5 Reabrir Pregão	18
7.6 Aceitar	19
7.7 Habilitar	21
7.8 Reabrir / Alterar prazo de intenção de recurso	23
7.9 Juízo de Admissibilidade	24
7.10 Encerrar Sessão	24
8. Encerramento do Módulo 3	26

7.7 Habilitar

Habilitação

Nessa fase, o pregoeiro irá realizar a habilitação ou inabilitação do fornecedor que teve sua proposta aceita.

Caso o fornecedor seja inabilitado, o item voltará para a fase de aceitação, onde o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

Não existindo nenhuma proposta que atenda ao edital, o item deverá ser cancelado.



SAIBA MAIS

Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- I - à habilitação jurídica;
- II - à qualificação técnica;
- III - à qualificação econômico-financeira;
- IV - à regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema da seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso; e
- VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993. (Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, art. 14).

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V deste artigo poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou, em se tratando de órgão ou entidade não abrangida pelo referido Sistema, por certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral.

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil. (Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, art. 15).

Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital. (Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, art. 25).

A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios realizados por órgãos integrantes do SISG ou por órgãos ou entidades que aderirem ao SICAF. (Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, art. 25, § 1º)

